



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL  
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1010345-03.2016.8.26.0566**  
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO CIVIL**  
Requerente: **Elenice Regina Salvo Amaral**  
Requerido: **Neusa Maria Pane**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O.**

Trata-se de ação em que a autora almeja ao ressarcimento de danos morais que a ré lhe causou ao acusá-la de subtrair peças de roupas de sua casa quando isso nunca aconteceu.

Defiro de início os benefícios da assistência judiciária à ré tendo em vista o documento de fl. 23 e a ausência de outros seguros que comprovassem que ela reúne condições para fazer frente às despesas do processo.

Rejeito, outrossim, a arguição de decadência lançada pela ré em contestação, porquanto incide à espécie vertente a regra do art. 206, § 3º, inc. V, do Código Civil.

No mérito, extrai-se dos autos como incontroverso que a autora prestou serviços à ré fazendo faxinas em sua residência, bem como que antes da ré efetuar uma viagem deu pela falta de algumas peças de roupas (fl. 20, item 11).

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Assentadas essas premissas, assume especial relevância na análise do caso o depoimento da testemunha Maria José Aparecida Gonçalves Reginaldo.

Ela declarou em Juízo que trabalha para a genitora da ré e que indicou a autora para prestar serviços a ela.

Acrescentou que em determinada ocasião recebeu ligação telefônica da ré perguntando pela autora, ao que respondeu tê-la visto no dia anterior em uma festa.

A ré então, após perguntar que blusa a autora usava, esclareceu que algumas blusas dela haviam sumido e que somente a autora teve acesso às mesmas.

A testemunha chegou a dizer que "*colocava a mão no fogo*" pela autora, mas a ré insistiu que apenas ela poderia ter pego as roupas, o que a mesma negou quando conversou com ela sobre o assunto.

Por fim, Maria José informou que posteriormente a ré disse que achara as roupas, não declinando em que circunstâncias.

Tenho esse elemento como suficiente para firmar a convicção de que a imputação lançada pela autora possui o devido respaldo.

Com efeito, não seria imprescindível à configuração dos danos morais que a ré explicitamente atribuísse à autora a condição de ladra porque lhe tinha furtado objetos pessoais.

É óbvio que se assim tivesse agido a lesão reclamada seria indubitosa, mas a mesma conclusão se impõe quando ela deixou claro para terceira pessoa o liame existente entre a autora e o desaparecimento dos objetos.

Significa dizer que ao asseverar que a autora foi a única pessoa que teve acesso às blusas e que elas sumiram a ligação da mesma com esse fato restou positivada.

A maior evidência disso residiu no fato da ré questionar a testemunha Maria José sobre como a autora estava trajada na festa em que a tinha visto no dia anterior, buscando respaldar sua ideia de que ela subtraía as peças de roupas, bem como na afirmação de Maria José de que "*colocava a mão no fogo*" pela autora, procurando-a isentar de responsabilidade pelo episódio noticiado.

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, conduz à convicção de que os danos morais sofridos pela autora estão caracterizados.

Nenhuma pessoa mediana gostaria de ver-se envolvida em ocorrência de claro conteúdo constrangedor e vexatório como o noticiado nos autos, como aliás denotam as regras de experiência comum (art. 5º da Lei nº 9.099/95), de sorte que se entendem presentes os danos reclamados.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Ainda sobre o assunto, duas observações são necessárias.

A primeira é a de que pouco importa que a testemunha Maria Tereza Cutilak Bianchi não tenha contratado a autora porque ela simplesmente não apareceu no dia ajustado para prestar-lhe serviços, pois mesmo que a ré não lhe tenha dito as suspeitas que tinha os danos contra a autora já se tinham cristalizado no contato entre a ré e Maria José Aparecida Gonçalves Reginaldo.

A segunda é a de que Maria José se apresentou nos autos como pessoa simples, o que poderia justificar o documento de fl. 25 (cujo conteúdo ela admitiu ter conhecimento), sendo de qualquer modo preponderante o depoimento que prestou em Juízo.

O único aspecto em que merece reparo a postulação vestibular reside no montante da indenização devida, afigurando-se-me excessivo o valor pleiteado pela autora.

Assim, e recorrendo aos critérios usualmente empregados em casos afins (condição econômica das partes e grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado), arbitro a indenização devida à autora em R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 4.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 26 de dezembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**